

Aconteceu

Garimpeiros voltam às pistas explodidas

O coordenador da Funai em Boa Vista, João Nicole Soares, disse que os garimpeiros estão recuperando as pistas explodidas em terras Yanomami e não pretendem deixar a região. Soares garantiu que não há mais policiais federais nos garimpos, pois as fortes chuvas que atingem Roraima dificultam o pouso de qualquer avião. "Os garimpeiros estão voltando lentamente e em grande número", disse o delegado. (página 11)

Pacto de Varsóvia vai acabar até novembro

URSS, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Hungria, Romênia e Alemanha Oriental decidiram acabar com as características militares de sua aliança, o Pacto de Varsóvia. Isso significa o fim da aliança como tal, pois as funções de defesa são sua espinha dorsal desde a criação, em 1955. Esses países aprovaram a transformação do Pacto até novembro em uma aliança apenas política. "A partir de hoje, os conceitos de Leste e Oeste recuperam sua qualidade puramente geográfica", diz o documento final da reunião, realizada em Moscou (página 16)

Brasil é campeão de desmatamento

Relatório divulgado pelo World Resources Institute e pelo programa de meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas aponta o Brasil como campeão de desmatamento. Segundo o documento, o país perde anualmente de 40 a 50 km² de área na Amazônia e mais mil no resto de seu território. É líder ainda na emissão de gases que provocam efeito estufa. (página 14)

Collor sofre primeira derrota judicial na briga por salários

O presidente Collor amargou a sua primeira derrota judicial no dia 6, quando por unanimidade os nove ministros do Supremo Tribunal Federal concederam liminar suspendendo a eficácia da medida provisória

190, considerada inconstitucional. A medida suspendia a decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho de conceder reajustes salariais. A MP 190 é praticamente uma reedição da 185, rejeitada pelo Congresso. (página 3)



Em plenária, sindicalistas da CUT e da CGT optaram por greves setoriais

CUT acha positiva a greve por setor

O presidente da CUT de São Paulo, Arlindo Chinaglia, considerou positiva a paralisação por setor, utilizada como alternativa à greve geral. "O quadro é positivo", disse o sindicalista da Central, que no dia 12 de junho contabilizou 250 mil trabalhadores parados. A suspensão da greve geral foi decidida em plenária no dia anterior. Foto: Vera Jursys/Fóton (página 12)

Kandir admite que há perdas, mas Zélia nega

O secretário especial de Política Econômica, Antonio Kandir, afirmou que o governo reconhece a existência de perdas salariais depois do Plano Collor e está disposto a discutir sua reposição. Mas a ministra Zélia Cardoso de Mello, numa demonstração de desentendimento do governo, nega a defasagem nos salários. "Elas não são reais", sustentou a ministra. (página 2)

Kandir admite perdas salariais, mas a ministra Zélia nega

O secretário especial de Política Econômica, Antonio Kandir, 37, afirmou no dia 6 que o governo reconhece a existência de perdas salariais depois do Plano Collor e está disposto a discutir sua reposição. A intenção seria abrir uma ampla negociação envolvendo o Executivo, o Congresso, o Judiciário, empresários e trabalhadores. "Havendo inflação, é lógico que existe perda. O governo nunca desconsiderou a possibilidade de incorporar esta perda aos salários", disse Kandir na comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, 36, negou a existência de perdas salariais em entrevista coletiva à tarde.

No dia anterior, sindicalistas que participaram de reunião do Ministério da Justiça disseram que a ministra admitiu a existência de perdas salariais.

Segundo Kandir, a defasagem para os trabalhadores que recebem en-

tre dois e seis salários mínimos seria equivalente ao índice de inflação da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, da USP) — 3,29% em abril e "5% em maio". Na realidade, o índice da Fipe para a terceira quadrissemanana de maio (quatro semanas anteriores a 24 de maio) ficou em 7,23%. Se expurgado o aumento dos aluguéis, o índice ficaria em 4,8%, próximo dos 5% apontados pelo secretário. Para quem ganha mais de seis mínimos, a defasagem dependeria do perfil de consumo.

As declarações de Kandir se chocam com as da ministra. Em entrevista à tarde, Zélia negou a defasagem nos salários provocada pela inflação. "Perdas não existem. Elas não são reais", disse. Apesar de não admitir as perdas, Zélia está discutindo com o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) um projeto de lei que defina a defasagem nos salários entre o dia 28 de fevereiro e 30 de junho. (Folha de S. Paulo, 06/06/90)

Para Bresser, salário deve ter um indexador

O ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, sugeriu à ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello que negocie com o Congresso um indexador (índice de correção) para os salários. Bresser Pereira sugeriu que seja usado o índice ponta a ponta (médios de 1º a 30 de cada mês) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe) dos meses de abril a maio para correção dos salários. A partir de junho passaria a ser usado o IPC, medido no período de 16 a 15 do mês seguinte.

O ex-ministro se reuniu com Zélia

por cerca de duas horas no Ministério da Economia. No dia anterior, a ministra dissera que não aceitaria indexador para os salários, pois isto significará, segundo ela, o retorno da inflação. Bresser Pereira disse que a inflação já ressurgiu (ele calcula que ela esteja entre 6% e 7% ao mês) e que, sem um índice de correção negociado para os salários, a tendência é de que ela cresça mais rapidamente.

As empresas, segundo Bresser, tendem a conceder aumentos maiores, diante das pressões dos sindicatos, e repassar os reajustes para os preços. (Folha de S. Paulo, 06/06/90)

Salário mínimo sobe 5%

O salário mínimo que vigora desde o dia 1º é de Cr\$ 3.857,76, o que representa um reajuste de 5% em relação ao salário de maio, conforme determina a lei 8.030. Em maio, não houve reajuste, ficando no mesmo

valor de março e abril. Em julho, a lei determina um aumento do salário mínimo de acordo com o índice de cesta básica — ainda em elaboração pelo governo — acumulado de abril a junho. (Folha de S. Paulo, 01/06/90)

Aconteceu

Nº 543

05 a 20 de junho de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne resenhas de notícias dos jornais de maior circulação no país e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igreja (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 300,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 400,00
Assinatura exterior
US\$ 50

STF aprova liminar contra o governo por nove a zero

O governo Collor sofreu no dia 06 sua primeira derrota judicial. Por unanimidade, os nove ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) concederam liminar suspendendo a eficácia da medida provisória 190 editada na quinta-feira anterior. Para o STF, o presidente Collor, ao baixar a 190, de conteúdo idêntico ao da MP 185, que havia sido rejeitada naquele mesmo dia pelo Congresso, feriu dois princípios da Constituição: o estado democrático de direito e a separação dos poderes. A ação contra a MP 190 foi movida pelo procurador geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, 48.

Os ministros do STF entenderam que a MP 190, apesar das mudanças de redação, é igual, na essência, à MP 185. Se o Congresso rejeitou a 185, o governo não poderia reeditá-la sob outra roupagem, porque isso caracterizaria uma invasão do Executivo na competência do Legislativo e criaria, segundo Celso de Mello, um "fator de ruptura no equilíbrio entre os poderes do Estado".

O governo será convocado para que apresente sua defesa em 30 dias. O julgamento definitivo da ação pode ocorrer dentro de dois meses, na previsão mais otimista de assessores do tribunal.

Ao final das quase três horas de julgamento, o presidente da OAB disse: "Foi uma decisão histórica. É um recado ao presidente da República, de que seus poderes têm limi-

tes na Constituição". Alvarenga disse que já esperava o resultado. "Eu não diria que a reedição foi inconstitucional se não tivesse certeza", afirmou.

No dia seguinte à derrota, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado decidiu que a medida provisória 190, que está *sub judice*, não pode tramitar no Congresso até que o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifeste em definitivo sobre sua constitucionalidade.

Segundo os senadores da CCJ, o prazo constitucional de 30 dias para a tramitação de medidas provisórias não corre enquanto a 190 estiver com sua eficácia suspensa. "Ela não é mais medida provisória enquanto perdurar essa decisão do Supremo, afirmou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), 61. Segundo Bisol, somente se o STF julgar a 190 constitucional, ela voltará a tramitar.

A decisão da CCJ foi manifestada em resposta a uma consulta do presidente do Senado e do Congres-

so, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), 80, que queria saber se deveria devolver a medida ao governo, depois de liminar do STE. Carneiro não se manifestou sobre a posição da CCJ. Existe a possibilidade de ele colocar o parecer da CCJ em discussão no plenário, mas, para o presidente da comissão, Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), 54, isso não é necessário.

Baixada pelo presidente Collor no mesmo dia em que o Congresso rejeitara a 185, a medida 190 chegou a Carneiro terça-feira, dia 05. Os líderes do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), 57, sustentaram que Carneiro não poderia dar tramitação à medida porque ela repetia a 185, já derrotada pelo Congresso. Carneiro não acatou a questão de ordem e resolveu designar a comissão mista que analisaria a MP. O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), recorreu dessa decisão à CCJ. O recurso não chegou a ser votado na comissão. (Folha de S. Paulo, 07 e 08/06/90)

Relator sugere que reedição seja crime

O relator da ação contra a MP 190, ministro Celso de Mello, sugeriu que o Congresso inclua a reedição de medidas rejeitadas entre os crimes de responsabilidade que podem levar ao *impeachment* do presidente da República. Mello citou o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, segundo o qual a insistência do presidente numa medida rejeitada "pode configurar crime de responsabilidade". Mas disse que a lei de *impeachment* é de 1950 e precisa ser atualizada. (Folha de S. Paulo, 07/06/90)

Covas impõe a advogada Zulaiê Cobra como vice.

A convenção do PSDB de São Paulo homologou dia 3 a candidatura do senador Mário Covas ao governo e aprovou a advogada Zulaiê Cobra Ribeiro como candidata a vice. O nome de Zulaiê Cobra Ribeiro, uma imposição de Covas, surpreendeu até integrantes da direção do partido. A decisão do senador de indicar Zulaiê como vice já estava tomada pelo menos desde o dia anterior, quando fez o convite à advogada. (Folha de S. Paulo, 04/06/90).

São Paulo usa outra lei para as eleições

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo oficializou no dia 7, em sessão plenária, a decisão de adotar a Lei Complementar nº 5, de 1970, para definir os critérios de inelegibilidades dos candidatos nas eleições de outubro. Por unanimidade (sete votos a zero) os juízes rejeitaram a aplicação da Lei 64, de maio, sancionada pelo presidente Fernando Collor. Isso significa que os candidatos que ocupam cargos ou apresentam programas em rádio e TV terão de se desligar das emissoras até o dia 3.

A decisão do TRE de São Paulo contraria o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que recomenda a aplicação da lei 64. O presidente do TSE, ministro Sydney Sanches, reconhece, no entanto, a autonomia dos tribunais para comandar as eleições nos estados.

O empresário e apresentador Silvio Santos, filiado ao PST, é o mais prejudicado em São Paulo. A licença para continuar com o seu programa dominical no SBT o animava para a candidatura ao governo do Estado. (O Estado de S. Paulo, 07/06/90)

Barragem ameaça inundar município no Rio

Mesmo considerada por técnicos uma hipótese remota, a barragem de Juturnaíba, na Reserva Biológica de Poço das Antas, em Silva Jardim (RJ), pode romper e transformar Barra de São João num imenso lago. E para resolver o principal problema da barragem, o acúmulo de vegetação flutuante nos canais de escoamento da água, é urgente a utilização de uma draga especial para atuar com frequência na Lagoa de Juturnaíba. Quem explica é o representante do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) — órgão responsável pela obra e hoje extinto —, José Carlos da Fonseca.

A construção da barragem foi concluída em 82 e custou US\$ 50 milhões.

Os principais objetivos eram “melhorar as condições de abastecimento para a região dos Lagos, amortecer as cheias do Baixo Vale do Rio São João e permitir a irrigação de plantações da área”. Nenhum dos três objetivos foi até hoje atingido: o abastecimento para a Região dos Lagos depende ainda, segundo ele, da construção de uma adutora da Cedae; o amortecimento das cheias foi garantido apenas às terras situadas abaixo da barragem — as situadas acima acabaram mais prejudicadas — e a irrigação até hoje não passou de projeto.

Por tudo isso, a barragem virou principal preocupação das prefeituras vizinhas a Silva Jardim e rendeu mais de 40 processos na Justiça pa-

ra a exigência da indenização. Desses processos, apenas dois foram encerrados e os proprietários indenizados pelas terras perdidas.

Dizendo-se impotente enquanto representante de um órgão extinto, José Carlos da Fonseca sugeriu que fosse criado um órgão federal que assumisse os encargos do DNOS ou que a questão passasse para a esfera estadual.

O prefeito de Silva Jardim e um dos proprietários atingidos, Amaro Viana, comprometeram-se a mobilizar a população para exigir uma definição de quem será o responsável pela obra e, enquanto esperam, tentar retirar a vegetação flutuante da barragem em regime de mutirão. (*O Fluminense*, 31/05/90)

Falta de controle nas barragens assusta população

A população do Médio Vale do Itajaí voltou a sobressaltar-se no último dia 30 ante as notícias de que o controle das barragens está deficiente, principalmente por causa da extinção do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), o órgão federal responsável pela construção e manutenção do sistema de contenção de cheias na região.

O resultado do fechamento do DNOS pode significar uma catástrofe, pois seus próprios funcionários ficaram sem rumo e até agora não sabem que atitude tomar, já que nenhum outro órgão foi designado para assumir suas tarefas.

Isto vem provocando situações

ao mesmo tempo ridículas e dramáticas, como se pôde observar nas últimas horas. Ninguém se apresentava para ordenar o fechamento das comportas nas barragens de Taió e Ituporanga, completamente abertas apesar da intensidade da chuva. Ou seja, elas não estavam sendo usadas para o que foram construídas. Finalmente o ex-diretor geral do extinto DNOS, engenheiro Paulo Oscar Baier, retomou por instantes seu poder de decisão e comandou o acionamento das comportas, evitando que o rio continuasse a subir, pois já causava inundações em várias localidades, como o município de Rio do Oeste.

O que revolta, na questão, é que a barragem está praticamente concluída e os 3% que falta pra isso podem comprometer a obra inteira. Realmente não há como admitir tal disparate, tal desprezo pelos recursos públicos.

A extinção do DNOS e a falta de um sucedâneo acabarão jogando por terra as esperanças de milhares de pessoas, que contavam ver-se livres do flagelo que assola esta região desde a chegada dos primeiros imigrantes. Primeiro, foi a demora irritante para o início e a continuação das barragens. Agora, vem o desespero provocado pela insegurança do sistema de contenção. (*Jornal de Santa Catarina*, 01/06/90)

Angra embarga obras de usinas nucleares

As obras de construção das usinas nucleares Angra 2 e Angra 3 foram embargadas pela prefeitura de Angra dos Reis, no Sul Fluminense, por falta de licença do município. A diretoria de Furnas Centrais Elétricas S. A., empresa responsável pelas usinas, tem agora sessenta dias para apresentar à prefeitura o projeto de construção das duas unidades, em Itaorna, acompanhado de um Relatório de Im-

pacto Ambiental (Rima) e licenças da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e da Marinha.

O secretário municipal de Obras, Abílio Apapenha Filho, disse que a liberação das obras vai depender também da apresentação de um eficiente plano de retirada da população de Angra, em caso de acidente nuclear nas usinas.

O auto de embargo foi entregue pelo prefeito Neirobis Nagae (PT) ao superintendente da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Jaime Ribeiro Lacerda.

O superintendente assegurou ao prefeito que vai respeitar o embargo e que entraria em contato para providenciar a entrega do projeto no prazo estipulado. (*Jornal do Brasil*, 07/06/90)

Marinha treina tiro livre em ilha de aves raras

No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, enquanto o presidente Collor assinava medidas para o setor, a Marinha de Guerra fazia seus exercícios mensais de tiro livre no arquipélago de Alcatrazes, litoral norte de São Paulo. O local é refúgio de aves raras e considerado um "sanatório" ecológico.

Na principal ilha do arquipélago, Alcatrazes, tombada por resolução estadual nº 40 de 1985, a Marinha iniciou às 7h exercícios contra alvos pintados nos paredões. As manobras se encerraram sexta-feira, dia 8. Segundo o biólogo Álvaro Migotto, do Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo, o treinamento causa danos às aves.

Nas épocas dos exercícios, uma

área 10 quilômetros em torno do arquipélago é interditada para navegação. A Capitania dos Portos de São Sebastião emite um aviso comunicando o fato a colônias de pescadores, iates, clubes e emissoras de rádio. Segundo o capitão José Maria de Souza, os exercícios são parte de um programa de treinamento da Esquadra de Guerra. "Todos os canhões dos navios da frota têm de atirar pelo menos uma vez por ano", disse.

Para o biólogo da Secretaria do Meio Ambiente, Fausto Pires de Campos, 43, a atitude da Marinha "é estúpida e absurda". Campos integra o Projeto Alcatrazes, que através de pesquisas no local, quer alertar a opinião pública sobre a ameaça ao ar-

quipélago. "A Marinha financia projetos ecológicos na Antártida e prejudica parte tão importante do nosso litoral, diz. As ilhas são abrigo de aves migratórias e têm espécies únicas. Campos disse ter achado projéteis entre os ninhos. Ele afirmou que a flora também é prejudicada por queimada, feitas para que os alvos sejam vistos a uma longa distância. "Queremos uma trégua com a Marinha, para podermos estudar o impacto desses bombardeios", diz.

O geógrafo Luiz Paulo Marques Ferraz, 24, do Conselho de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephat), disse que a atitude da Marinha "fere o tombamento". (Folha de S. Paulo, 06/06/90)

Ambientalistas protestam contra Collor

No Dia Mundial do Meio Ambiente, vinte entidades ambientalistas encaminharam ao presidente Collor de Mello documento protestando contra o secretário José Lutzenberger e criticando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A presidente da Fundação Pró-Natureza, Maria Tereza Jorge Pádua, reclamou que "até com os governos militares nós tínhamos diálogo", referindo-se aos 30 anos que essas entidades levaram para solidificar seu trabalho. (Folha de S. Paulo, 06/06/90)

Brasil é apontado como líder da poluição

O Brasil é o campeão mundial de desmatamento, com a perda anual de 40 a 50 mil quilômetros quadrados de área na Amazônia, e mais 1 mil no resto do país, segundo relatório divulgado hoje pelo World Resources Institute (WRI) e o programa de meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas. Além disso o país é o terceiro colocado em emissões de gases que provocam o efeito estufa, liberando para a atmosfera global 610 toneladas métricas de carbono. (O Estado de S. Paulo, 08/06/90)

Principais acontecimentos da Semana do Meio Ambiente

Ao lado de vitórias importantes do movimento ecológico, na semana do meio ambiente muitas outras questões também foram assinaladas nos diversos eventos promovidos por entidades ecológicas. Entre as que ganharam maior espaço na imprensa, a contaminação da represa Billings (afetando diretamente a vida de 2 milhões

de trabalhadores no ABC paulista), reivindicações de preservação da fauna e da flora (Juréia, Mata Atlântica), o enchimento do reservatório de Três Irmãos (ameaçando várias espécies animais e camponeses da região) e a denúncia das ameaças que rondam as lideranças dos Povos da Floresta (Osmarino Amâncio, em particular).

Collor combina ecologia e autoritarismo

Ecologia e autoritarismo constituem dois termos excludentes entre si. Ainda assim, o governo Collor de Mello parece determinado a combinar estas duas atitudes, implantando, juntamente com as demais portarias relativas ao Plano de Estabilização Econômica, a medida provisória nº 150, que estabelece a criação do Sistema Nacional de Meio-Ambiente, o Sisnama. Esta medida se constitui em mais um retrocesso, mesmo em relação à administração José Sarney, na qual a gestão política de meio ambiente, onde tinham assento entidades ecológicas representativas da sociedade civil organizada. A exclusão do movimento ecológico dos debates termina por justifi-

car o porquê da indicação do veterano ecologista José Lutzenberger para a Secretaria do Meio Ambiente. O "velho Lutz" cria, no final das contas, a ilusão de que a ecologia chegou finalmente ao poder, uma manipulação simbólica que entra em contradição com o fato de Lutzenberger já ter declarado que para gerir a política de meio ambiente ele apenas necessitaria de uma secretaria e um aparelho de telefone. Com este pano de fundo, é evidente ser o recente pacote ambiental uma medida que tem tudo para reeditar o criticado Programa Nossa Natureza de José Sarney, mais uma típica manifestação do ecologismo de resultados. (Maurício Waldman/CEDI)

Fazendeiro mantém trabalho escravo em Xinguara (PA)

Através de denúncias recebidas sobre regime de escravidão à que estariam submetidos os trabalhadores da fazenda Jandaia, no município de Xinguara, no sul do Pará, a Secretaria de Segurança Pública do Estado enviou diligência policial com o objetivo de esclarecer o caso.

A fazenda, também conhecida como Santa Helena, de propriedade de José Cristino Ferreira, foi invadida pela polícia, que prendeu, após troca de tiros, cinco pistoleiros contratados pelo proprietário, e que são

acusados de praticarem vários crimes, incluindo o assassinato de seis trabalhadores rurais que eram mantidos em regime de escravidão.

O gerente da fazenda, João Guedes, principal responsável pelos maus tratos contra os trabalhadores, conseguiu fugir junto com cinco pistoleiros.

Um dos denunciante, o vaqueiro Mauro dos Santos, que fugiu da fazenda, apesar das ameaças de morte, disse que decidiu fugir depois que viu quatro de seus companheiros serem mortos a sangue frio

pelo jagunço a mando do proprietário, que não foi encontrado no local.

Os policiais encontraram os restos do corpo de um dos trabalhadores assassinados, que após ser incinerado teve seus despojos jogados como ração num chiqueiro de porcos.

Suspeita-se também que os pistoleiros estão envolvidos com o seqüestro e morte dos irmãos Canuto, ocorrida há um mês, no município de Rio Maria (PA). (*Jornal do Brasil*, 08/06/90)

Sindicalista rural é morto no Pará

O diretor do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá (480 km ao sul de Belém) Sebastião Francisco da Silva, foi assassinado no dia 02 de junho na porta de sua casa por dois homens desconhecidos. Silva morava na localidade de Santa Fé (a 70 km da sede do município), onde defendia a permanência de 85 famílias de posseiros na fazenda Dourada, a 10 km de sua casa. Ele foi atingido por quatro tiros de revólver calibre 38.

A Polícia Civil de Marabá prendeu como suspeito do crime o gerente da fazenda, identificado apenas como Severino, que havia prometido matar Sebastião quando ele ajudara posseiros da fazenda a obterem assentamento. (*Folha de S. Paulo*, 05/06/90, *O Globo*, 05/06/90)

Conflito pela terra já matou 11 este ano

A trégua nos conflitos pela posse de terras ocorrida no Pará terminou com o fim da campanha para sucessão presidencial. De acordo com o relatório *Conflitos no Campo — Brasil/89*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado em abril, dez trabalhadores rurais foram mortos no Estado em 1989 — número desproporcional aos dez anos anteriores, quando 411 sindicalistas, advogados e lavradores foram assassinados no Pará. Nos cinco primeiros meses deste ano, já foram mortos onze trabalhadores rurais.

A causa tem sido a reforma agrária e a ocupação de fazendas por famílias de agricultores sem terra. Os sindicalistas, advogados e lavradores mais visados têm sido aqueles ligados aos partidos de esquerda — principalmente PT e PC do B — e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). As ameaças de morte ocorrem diariamente e não poupam sequer padres e bispos ligados à CPT.

Segundo o coordenador da CPT-Belém, Jerônimo Trecanni, com o fracasso dos planos governamentais de assentamento de posseiros, os fazendeiros “ganham mais força para agir”. Para ele, “ou se encontra uma saída política e jurídica para a questão agrária, ou a violência, principalmente no sul do Pará, voltará a apresentar o mesmo número de assassinatos de anos atrás”. O Pará foi o Estado que registrou o maior número de assassinatos ligados a conflitos pela posse de terra entre 1985 e 1989, com 113 dos 488 casos registrados em todo o país. (*Folha de S. Paulo*, 05/06/90)

Entidades pedem justiça no caso Sebastião Lan

Várias entidades, entre elas, a Comissão Pastoral da Terra/RJ, Cedi, Ibase e CUT, promoveram no dia 6 de junho uma manifestação em frente ao Fórum, no centro do Rio de Janeiro, para homenagear o líder rural Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ), assassinado há dois anos a mando de grileiros que queriam impedir a realiza-

ção de um assentamento de trabalhadores rurais na Fazenda Campos Novos, área que foi desapropriada em 1983.

Em maio passado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu inocentar o latifundiário Jamil Mizziara, acusado de ter sido o mandante dos assassinos. O julgamento dos demais culpados até hoje não foi marcado.

A falta de ação governamental e de um Tribunal de Justiça Agrária (já previsto na Constituição) conduz a um agravamento dos conflitos fundiários e da situação de violência. Permanecem até hoje aproximadamente 137 conflitos fundiários envolvendo mais de 43 mil pessoas na área rural do Estado do Rio, onde só este ano foram assassinados três trabalhadores rurais.

Situação dos colonos no Sul é crítica

Cerca de cem colonos acamparam, no dia 8 de junho na praça central da cidade gaúcha de Cruz Alta, à espera de uma solução para os conflitos fundiários no Rio Grande do Sul. Os colonos reivindicam uma área para assentamento das famílias acampadas na fazenda Boa Vista, do Incra, e a garantia da remessa de alimentos e remédios.

Os seis mil colonos que estão acampados há oito meses nesta fazenda estão passando fome devido ao não cumprimento das promessas dos governos federal e estadual de entregarem alimentos e remédios.

O drama dos colonos começou há quase nove meses quando ocuparam a fazenda Boa Vista, para reivindicar o reassentamento. Em fevereiro, cansados de esperar, promoveram a ocupação da fazenda Santa Fé, também em Cruz Alta. Foram desalojados pela Brigada Militar nu-

Sem Terra fixam prazo para compra de área

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deu prazo de 15 dias aos governos federal e estadual para a compra de mil hectares, onde deverão ser assentados os colonos acampados na entrada de Cruz Alta (368 km de Porto Alegre). A reivindi-

cação foi feita no dia 8 de junho em Brasília, em reunião entre representantes dos lavradores gaúchos, o secretário estadual da Agricultura, Marcos Palombini e o secretário nacional de Reforma Agrária, Fernando Vieira. (*Jornal do Brasil*, 09/06/90)

ma operação conjunta com a Polícia Federal e reconduzidos à fazenda Boa Vista, com a promessa de uma solução em breve.

Passados quase cinco meses nada foi resolvido. O secretário do Ministério da Agricultura, Renato Moreira, esteve em abril no acampamento prometendo novamente uma solução. "Não veio nada e, ainda

por cima, não temos mais comida", disse Mateus Marcon, um dos líderes dos colonos, que procurou o bispo de Cruz Alta, dom Jacó Hilgert, para pedir apoio.

O bispo está temeroso de alguma represália violenta da Brigada Militar contra os colonos. (*O Globo*, 05/06/90 e 09/06/90, *Jornal do Brasil*, 05/06/90)

Sonho da reserva Chico Mendes apenas começou

Três dias antes de passar a faixa presidencial para Fernando Collor de Mello o então presidente José Sarney criou, através do decreto 99 144, a Reserva Extrativista Chico Mendes. Com uma área de 970 570 hectares, a Reserva se estende pelos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Brasiléia, no estado do Acre. Nela estão instaladas cerca de 10 mil famílias. Parte do sonho de Chico Mendes e de milhares de seringueiros começou a se realizar com esse decreto, afinal, a área de uma reserva é inviolável.

Falta ao governo demarcar e desapropriar essas terras. Enquanto não o fizer, esses 970 mil ha legalmente continuarão como grandes propriedades privadas de um reduzido número de fazendeiros. A desapropriação pode até não vir, como admite o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Júlio Barbosa de Aquino, "mas queremos o direito de concessão e uso, direito que garantirá a terra aos seringueiros". Com esse objetivo, "vamos jogar pesado junto ao governo", acrescenta Osmarino

Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e secretário do CNS.

Mesmo com a legalidade das terras ainda pendente, os seringueiros da região deram início à discussão da viabilidade econômica dessas reservas. Estão conscientes das dificuldades, cada vez maiores, de viverem exclusivamente da extração da borracha e da castanha do Pará. Desde que a Malásia passou a produzir borracha, o preço do produto no mercado mundial caiu e só se tornou atrativo para os seringueiros quando subsidiado pelo governo.

"A pecuária tem quinze anos no Acre e não se mostrou viável. Em menor prazo vamos mostrar que as reservas, mantendo a floresta em pé, dão resultado" promete Osmarino.

Para ele, a saída é explorar as áreas de reserva ao máximo: "Um hectare de terra abriga uma cabeça de gado. Nesse mesmo espaço, se aproveitarmos todas as riquezas da floresta, ganharemos muito mais", explica. Destaca ainda que, enquanto a pecuária no Acre responde apenas por

3% do ICMS, o extrativismo contribui com 40% da arrecadação.

E lembra: "Está em jogo ainda a vida de milhares de pessoas hoje instaladas na mata. Se derrubarem a floresta para dar lugar ao gado, essas pessoas vão migrar para as cidades grandes, já inchadas".

A questão é tornar viável esse processo de exploração das reservas. Para isso o Conselho Nacional dos Seringueiros pensa em criar um Centro de Formação e de Pesquisa dos Povos da Floresta. A idéia, ambiciosa, prevê que, além de estudar o solo da região buscando novas alternativas econômicas para as reservas, o Centro também treinará os seringueiros e índios para eles mesmos desenvolverem pesquisas. "Queremos profissionalizar nosso movimento", conclui Osmarino.

Aparentemente mais fácil é a busca da comercialização de produtos naturais da floresta até hoje desconhecidos. Mais palpável, porém, é a preocupação com a maior organização dos seringueiros. (*Jornal do Brasil*, 11/06/90)

ELEIÇÕES
& IGREJA

Protesto de bispo Macedo vira comício

Com um discurso marcado por queixas contra as acusações de curandeirismo e abuso da fé pública de que tem sido alvo nos últimos meses, o "bispo" Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, presidiu uma vigília pelas areias da Praia de Copacabana. O culto, transmitido pelas Rádio Copacabana e Ipanema, foi denominado de "Vigília da reconstrução" e serviu de desagravo a Edir Macedo por causa das denúncias de que pastores da Igreja Universal estariam se aproveitando da boa-fé dos adeptos do "bispo" para recolher

grande quantidade de dinheiro e de que estariam incorrendo na prática de curandeirismo, proibida por lei.

Durante a cerimônia, que reuniu mais de 50 mil pessoas, o "bispo" Macedo anunciou aos fiéis que sua advogada, Socorro Costa, e um obreiro (auxiliar de pastor), que é delegado da Polícia Federal e foi identificado apenas como Aldir, serão candidatos a deputado federal nas eleições de outubro. O "bispo" Edir Macedo não revelou por qual partido os dois membros da Igreja Universal do Reino de Deus disputarão as elei-

ções de outubro. Ele elogiou principalmente a advogada Socorro Costa, que o defendeu das acusações de exploração da fé pública e curandeirismo, afirmando que pediu a ela que se candidatasse:

— Nós vamos ter pessoas da igreja, pessoas de Deus, se candidatando, para limpar o País.

A candidata do "bispo" chamou os jornalistas brasileiros de corruptos e disse ter estado recentemente na Argentina, onde, segundo ela, a Igreja Universal está encantando o povo daquele país. (*O Globo*, 3/6/90)

PRN-RJ é dirigido por pastor que quer ser deputado federal

"O presidente está?". Pelo menos uma vez por semana, o pastor protestante Cléio Gaspar de Sá Freire repete inutilmente o mesmo ritual: pega o telefone, liga para o Palácio do Planalto e, sem qualquer cerimônia, pede para falar com o presidente Fernando Collor. Em dois meses de tentativas frustradas, o máximo que conseguiu foram breves diálogos menos graduados do gabinete presidencial, entre eles um segurança do Palácio. Sá Freire preside o PRN no Rio — mas não conseguiu até hoje o milagre de ser recebido por Collor em Brasília.

Sempre que lhe acusam de ser um ilustre desconhecido para Collor, Sá Freire recorda, com orgulho, o dia em que foi ao Bolo de Noiva (prédio anexo ao Itamarati). "Dei um

exemplar de Bíblia de presente a Collor. Escrevi, inclusive, uma dedicatória", lembra. No Rio, o PRN está organizado na capital e em onze municípios. Segundo Sá Freire, são 50 mil filiados em todo o Estado.

O pastor Cléio comanda um rebanho de 22 mil fiéis como superintendente regional da Igreja do Evangelho Quadrangular, que lhe paga o invejável ordenado de 35 salários mínimos (Cr\$ 135.014,60). "Tenho 35 anos de sacerdócio. Já sou um ministro jubilado, diploma que recebi depois de 25 anos sem desprezitar o nosso código de ética", justifica ele, orgulhoso por seguir à risca todas as regras impostas por sua igreja — viver com honestidade, não ser adúltero, não roubar, não matar etc.

Aos 55 anos, Sá Freire lembra, sem disfarçar a vaidade, que foi um dos fundadores do Partido da Juventude (PJ). "Partiu de nós o bonito movimento que acabou gerando o PRN e a consequente eleição do presidente Fernando Collor de Mello", diz. Candidato a deputado federal pelo PRN fluminense, Sá Freire também é tesoureiro da Executiva Nacional do partido e integra o Conselho de Ética.

"O PRN do Rio está sob meu comando", garante Sá Freire. "Temos cinco deputados federais, dois estaduais, um prefeito (de Itaocara, no interior do Estado) e 22 vereadores, cinco deles na capital, incluindo o presidente da Câmara, Roberto Cid. Estamos em ascensão", afirma. (*Jornal do Brasil*, 03/06/90)

A tradicional expressão crente não se mete em política está cada vez mais fora do vocabulário das igrejas evangélicas brasileiras. O reconhecimento deste fato se deu em 1986 quando foram eleitos os 33 deputados federais de onze igrejas que formaram no Congresso Federal Constituinte a chamada Bancada Evangélica que, além de demonstrar a força da mobilização eleitoral dos evangélicos, revelou também o fisiologismo de sua maioria que preferiu se aliar ao Centrão e trocar seus votos por concessões de canais de rádio e TV assim como por verbas federais. Esta prática provocou protestos entre as igrejas tradicionais ou não, que afirmaram não reconhecer os deputados como seus legítimos representantes.

A partir da experiência de 1986, as eleições deste ano já apontam para uma grande investida evangélica, com

reconhecimento de grandes partidos, evidenciado pelas articulações em curso, visando a composição de chapas para as próximas eleições. As campanhas têm fornecido o perfil da maioria destes candidatos: eles se apóiam basicamente em preceitos de moralidade e algumas reivindicações corporativas. Parece passar longe de sua caminhada rumo aos cargos e dentro deles, posturas comprometidas com uma sociedade democrática, justa e pluralista. Evidentemente existem honrosas exceções que, lamentavelmente, só confirmam a regra.

Felizmente essas cúpulas não são capazes de efetivar um controle ideológico total e coletivo. Cresce o número de evangélicos nos movimentos sociais, populares, e partidos progressistas. Ainda lhes faltam canais de expressão, porém, não por muito tempo. (Magali Cunha/CEDI)

D. Luciano pede o fim do desemprego

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, em seu primeiro pronunciamento após o acidente que sofreu no dia 23 de fevereiro, fez um apelo ao governo e ao empresariado nacional para que contenham o desemprego no País. Para d. Luciano, não é justo que, para recuperar o equilíbrio da economia, aumente o número de desempregados.

Ainda impedido de andar, em consequência das várias fraturas que teve nas duas pernas, d. Luciano aproveitou para agradecer as manifestações de solidariedade que recebeu na sua fase de convalescença. A maior parte de seu pronunciamento, entretanto, ele reservou para falar do de-



Mary Lane Vaz/O. São Paulo

D. Luciano: o importante é o trabalho

semprego. Reconheceu o esforço do governo para impedir que a inflação volte a subir, mas disse que o trabalhador não pode pagar a conta deste sacrifício.

“Se neste momento a situação do Brasil é difícil, é também o momento em que temos que nos ajudar conversando, pensando, dialogando e refletindo para encontrarmos uma solução que não seja tão pesada e sacrificada para o empregado, que precisa do trabalho para dar o pão a sua família”, ponderou o presidente da CNBB. Para ele, a solução não está na distribuição de cestas básicas, como pretende o governo, que, segundo o religioso, até humilha o trabalhador. “O importante é o trabalho”, disse. (O Dia, 04/06/90)

Bispo faz protesto e não reza missa por brasileiros

Os jornais italianos voltaram a destacar o Brasil em suas manchetes por causa de um incidente envolvendo o presidente Collor. D. Simone Scatizzi, bispo de Pistóia, recusou-se a participar de uma missa em memória dos brasileiros mortos na 2ª Guerra.

“O senhor Fernando Collor fez declarações ofensivas sobre a igreja e os índios que lutam pela salvação da Amazônia. Se eu comparecesse, teria que dizer-lhe tudo o que penso a respeito de sua política com relação aos pobres e aos índios”, justificou d. Simone. (O Globo, 11/06/90)

João Paulo 2º promete visitar Yanomami em sua viagem ao Brasil

O papa João Paulo 2º vai incluir em sua segunda visita pastoral ao Brasil, prevista para o segundo semestre do ano que vem, uma viagem a Roraima, no extremo norte do país, atendendo a um convite do bispo de Boa Vista, d. Aldo Mogiano.

D. Aldo, italiano, de 70 anos, em sua visita *ad limina* ao Vaticano, mês passado, contou ao Santo Padre de sua preocupação com o destino de milhares de índios Yanomami, atingidos duramente por doen-

ças como malária e tuberculose.

João Paulo 2º virá ao Brasil em outubro do ano que vem para abrir o 12º Congresso Eucarístico Nacional e, ao presidente em exercício da CNBB, d. Paulo Ponte, bispo de São Luís, Maranhão, ele manifestou o desejo de visitar a Amazônia.

“O papa mostrou muita preocupação com a preservação do meio ambiente na Amazônia”, revelou d. Paulo Ponte. (Jornal do Brasil, 02/06/90)

Sociólogo receita mais alegria para a Igreja

Os religiosos devem parar de se lamentar pelo declínio do número de fiéis que vão às igrejas, deixar de dizer a eles “não façam” e começar a substituir essa atitude por um pouco de alegria e diversão. O sociólogo Anthony Campolo, ministro da Igreja Batista americana, deu este conselho a 1,3 mil participantes do *workshop* ecumênico Evangelismo Nacional.

Também presidente da organização Evangélicos pela Ação Social na

Pensilvânia, Campolo acha que as igrejas precisam deixar de lado a tristeza — e fazer da religião algo mais parecido com uma festa. A Bíblia não é tão sombria assim, argumenta: “Jesus disse que o Reino é como uma festa de casamento, em que ele é o noivo. Cristo era judeu, e judeus sabem como fazer uma festa”.

O *workshop* é uma reunião ecumênica de membros de igrejas que se encontram a cada dois anos, com o

fim de traçar planos para reverter três décadas de declínio dos rebanhos.

— Há um entorpecimento, uma desolação na igreja. Vocês transformaram essa festa em uma coisa aborrecida. Quem quer ouvir hinos fúnebres quando pode ir a uma festa? — indagou, sem esquecer duas ressalvas: nada de bebidas e vícios, e nem de encher as igrejas de pessoas que já têm tudo: “Ser cristão é estar ao lado daqueles que jamais são convidados para festas”. (O Globo, 3/6/90)

Golpe no Xingu. Sai Raoni, entra Tutu Pombo

Enquanto o cacique Kaiapó Paulinho Paiakã era contemplado com o prêmio Global 500, conferido pelo Programa Ambiental das Nações Unidas, o cacique Tutu Pombo reunia em sua aldeia Kikretum, na Área Indígena Kaiapó, sul do Pará, 39 caciques de doze aldeias que decidiram por fim à política preservacionista de Raoni, não aceitando que ele continue falando pelos Kaiapó, elegendando para isso o cacique Tutu Pombo, que é considerado o mais aberto ao contato com as frentes econômicas. No encontro na aldeia Kikretum os caciques criticaram o posicionamento de Raoni durante as viagens feitas pelo Brasil e pelo exterior, muitas vezes em companhia de Sting, para formação da Fundação Mata Virgem. Nas excursões, Raoni se mostrou contrário aos acordos entre índios e brancos para a exploração dos recursos naturais das reservas indígenas.

Ser contra a Funai também rendeu a Raoni alguns votos favoráveis ao seu afastamento. Os caciques aproveitaram a reunião para redigir um documento a ser entregue para o presidente Fernando Collor no qual pedem não apenas a manutenção da Funai, mas também a adoção de medidas que a fortaleçam.

Ter desautorizado seu parente Raoni de falar em nome dos Kaiapó foi uma atitude inédita do cacique Tutu Pombo, mas ao convocar o encontro ele oficializou uma cisão do grupo indígena em relação ao destino de suas reservas. De um lado estão os Kaiapó que vêm abrindo suas reservas para a exploração de ouro e de madeira. De outro, os que ainda resistem a ações deste tipo — como o cacique Raoni e Paulo Paiakã, da aldeia Aukre, que não foi convi-



Nair Benedicção/F4

O cacique Tutu Pombo em 1985

do para a reunião no Kikretum.

Os caciques Kaiapó ficaram irritados, recentemente, com uma mensagem de rádio passada por Raoni, na qual recomendava que eles evitassem envolvimento com garimpeiros e com exploradores de madeira, "que só fazem poluir e devastar a reserva".

Tutu Pombo tornou-se o primeiro cacique Kaiapó a viver de renda, proveniente de acordos com garimpeiros e madeireiros para a exploração do ouro e da madeira de lei que existem em grande quantidade na reserva. Uma de suas atitudes mais polêmicas foi ter criado um conflito com posseiros localizados no limite da reserva, porque ele quis preservar uma área para presentear sua amante branca.

Já Raoni, como líder indígena, percorreu um caminho diverso de Tutu. Os recursos que sempre brigou para receber da Funai foram aplicados para melhorar a vida de seu povo, mas sempre com o cuidado de não agredir o meio ambiente. (*Jornal da Tarde*, 02/06/90)

A quem interessa ampliar e difundir uma dissidência interna na política Kaiapó em torno de um cargo de representação que sabemos não existir formalmente?

As diferenças entre grupos Kaiapó em torno de como encarar a exploração dos recursos naturais existentes dentro de suas áreas é uma questão antiga, que vem se ampliando face à total indigência do governo no que tange à assistência básica a esses grupos. A macropolítica Kaiapó sempre foi assunto interno e nunca circulou em jornais de branco.

A ampliação das dissidências surge — e não por coincidência — logo após Raoni mediar um contato de representantes de vários grupos indígenas com o secretário José Lutzenberger, onde a questão da extinção da Funai e sua substituição por outro órgão foi discutida e quase acertada.

Os bastidores do jogo político em torno do controle e manutenção da Funai é mais pesado do que aparentemente possa parecer, principalmente quando a possibilidade de sua extinção é ventilada entre índios e um secretário de governo que se encontra fora do alcance do lobby que procura manter um órgão cuja estrutura hoje depende da exploração dos recursos naturais dos índios para sobreviver. (André Villas Boas/CEDI)

Paiakã tenta reverter

O cacique Paiakã, que também tem feito várias viagens ao exterior para defender a preservação de suas terras, pretende realizar outra reunião mais ampliada do

que a de Kikretum e tentará convencer os chefes Kaiapó a voltarem atrás em sua decisão de escolher Tutu Pombo como porta-voz. (*O Estado de S. Paulo*, 03/06/90)

Garimpeiros reativam pistas explodidas

O coordenador regional da Funai João Nicole Soares disse em Boa Vista (RR) que não está adiantando o governo dinamitar as pistas de pouso nas terras Yanomami. Depois de visitar algumas aldeias, na serra de Surucucus, Soares afirmou que as pistas destruídas estão sendo recuperadas por garimpeiros que insistem

em não deixar a região, e que não há mais equipes de policiais federais nos garimpos, pois as fortes chuvas que atingem o estado dificultam o pouso de qualquer avião.

Soares disse que os garimpeiros iniciaram a recuperação das pistas justamente no local onde foi iniciada a operação de explosão, no garim-

po de "Baiano Formiga". Ele disse também que o governo federal não vem cumprindo o que ficou acertado no acordo, que é manter permanentemente vigilância nos locais interditados. "Os garimpeiros estão voltando lentamente e em grande número. Eu os vi lá", disse o delegado. (Folha de S. Paulo, 09/06/90)

Kaxarari contra construtora

A União das Nações Indígenas (UNI) teme conflito entre índios da tribo Kaxarari e empregados da Construtora Mendes Júnior, já que os Kaxarari não aceitam que a empresa

continue a explorar a pedreira localizada a 40 quilômetros das margens da BR-364, km 150, afirmando que se isso ocorrer vão resistir porque aquela área lhes pertence.

Segundo Yawanawa Manoel Roque de Souza, da UNI, no início de 1988 a empresa começou a explorar a pedreira sem consentimento dos índios. (Correio Braziliense, 04/06/90)

Febeapá no ano 2001

Desde o desembarque dos portugueses, há quase 500 anos, a história da expansão e do desenvolvimento do Brasil é uma história de espoliação e massacre das populações que aqui existiam. Em nome da propagação da fé e outros eufemismos que encobriam o roubo das riquezas minerais, os brancos sempre mataram os índios. Os 4 ou 5 milhões de bugres que povoavam esta terra estão representados hoje por uns 200 mil sobreviventes.

Os planos de extermínio contam agora com a colaboração da Escola Superior de Guerra (ESG), que divulgou nestes dias um documento — "Estrutura do Poder Nacional para o Ano 2001". O capítulo sobre índios e a Amazônia é tão espantoso que se torna difícil comentá-lo.

Digamos, só para iniciar, que a ESG vem definindo o que entende por objetivos nacionais permanentes. Parece óbvio que os objetivos nacionais permanentes (ONP) são definidos pela nação, cujos representantes, aliás, fizeram exatamente isso na Constituição em vigor. O grupo da ESG, entretanto, não leu a lei maior e inventou seus próprios objetivos nacionais.

Se a questão parasse por aí, o caso poderia ser tomado como de loucura mansa. Mas, no documento, o pes-

soal da ESG ameaça, mais uma vez, com todas as letras, levar o Brasil à guerra para defender os objetivos que eles inventaram.

Permito-me a maldade de citar textualmente um trecho:

"Há um movimento internacional difuso, que não se pode, aprioristicamente, atribuir à orquestração ou conspiração de países já desenvolvidos mas que produz efeito como se fosse daquele modo, sobre a idéia da internacionalização da Amazônia, a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado Brasileiro, sendo desnacionalizado (sic) como cidadãos da pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de 'áreas liberadas' politicamente do Brasil com apoio internacional, inclusive o decorrente de ações deliberadas (sic) iniciais das ONGs (organizações não governamentais). O estabelecimento dessas cabeças-de-ponete políticas, se permitido ocorrer, demandará grande esforço brasileiro para sua eliminação, com provável recurso à guerra, como consequência de um conflito que não se consiga administrar e, ultima ratio, para redução dessa pressão dominante a um nível aceitável e administrável, que permita a preservação dos ONP ameaçados".

Entenderam alguma coisa? Talvez a ESG devesse exigir curso completo do Mobral para os alunos que se candidatassem a redigir documentos em seu nome. A prudência recomendaria também a exigência de exame psiquiátrico, para evitar trechos como este, sobre a "preservação radical da cultura indígena, como aceitação de seu enquistamento no espaço nacional":

"A partir dos enquistamentos antropológicos que pressões internacionais tentam impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que col-que o país na condição de réu não preservador de 'grupos indígenas em extinção'. Essas ações externas irão perturbar o ONP paz social, irão negar nossa soberania e, para sua eliminação, poderá ser preciso aceitar a evolução da questão conflituosa para o estado de guerra".

Os índios formam quistos nas terras que sempre lhes pertenceram? E vamos à guerra pelo direito de acabar com eles? Ora, o que há de verdadeiro são os movimentos nacionais e internacionais de denúncia dos crimes contra a humanidade. Como o apartheid na África do Sul, o genocídio dos índios Yanomami e o massacre dos palestinos, em nossos dias, ou o holocausto dos judeus, há meio século. (Severo Gomes/Folha de S. Paulo, 03/06/90)

CUT faz balanço 'positivo' e espera ampliar greve

A CUT contabilizou no primeiro dia de paralisação por setores, 12 de junho, cerca de 250 mil trabalhadores em greve no estado de São Paulo, pela reposição de 166,89% acumulados pelo IFC em março e abril.

A parcela mais expressiva dos grevistas estava na indústria metalúrgica. "O quadro é positivo", disse o presidente da CUT estadual, Arlindo Chinaglia.

A direção da Central no estado ficou surpresa principalmente com o número de paralisações na indústria, mais a fraca adesão à greve dos ban-

deiros, que comprometeu o dia 12, para o qual a CUT programou o início de greves de categorias expressivas em substituição à greve geral de protesto contra o Plano Collor, suspensa no dia anterior.

A decisão de suspensão da greve geral foi tomada pela CUT na plenária que reuniu 139 entidades sindicais de vinte estados. O motivo foi a fraca adesão em alguns estados.

As duas CGTs (do Magri e Joaquinão) disseram que não participariam da greve pela fraca adesão de seus filiados.

"Embora o movimento ainda não tenha a abrangência que a gente queria e precisava, há uma mudança importante em termos políticos porque estamos reagindo ao Plano", afirmou Chinaglia.

A atual temporada de greves, marcada por paralisações isoladas por empresa e por forte movimentação no setor público, é garantida principalmente pela reação dos sindicatos ao programa de reforma administrativa do governo federal. A CUT conta com a ampliação dessas greves nos próximos dias. (*Gazeta Mercantil*, 13/06/90)

Trabalhadores e empresários divergem sobre livre negociação

A proposta de livre negociação feita pelo governo tem opiniões divergentes entre trabalhadores e empresários. Os empresários afirmam que a hora é esta, já os trabalhadores dizem que livre negociação com recessão não é possível. Apesar de ser uma reivindicação antiga do movimento sindical, ela vem em uma hora em que o poder de barganha é desfavorável aos trabalhadores.

Abaixo algumas opiniões sobre o assunto:

Dorothea Werneck, ex-ministra do Trabalho — No momento, a única vantagem da livre negociação é forçar os trabalhadores a se organizarem, e paralelamente também deverão se organizar os sindicatos patronais. Imaginar que, a curto prazo, toda a classe trabalhadora poderá buscar a sua regra do reajuste ou a recomposição das perdas do passado é desconhecer que pouco mais de 25% dos empregados são sindicalizados. Mais ainda: já está mais do que sabido que em período de recessão, ou de simples expectativa de aumento da taxa de desemprego, cai o poder de barganha dos trabalhadores e, portanto, poucas são as conquistas.

José Pastore, economista e sociólogo — A livre negociação é benéfica para as três partes por ser um mecanismo realista. Para os trabalhadores, especificamente, ela induz a transparência de dados; justifica o acompanhamento da vida das empresas; apoia o pleito de representante sindical; articula o salário à proteção do emprego; promove novas lideranças; liberta-os do Pai Governo. É o passo para a maioridade.

Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema — No meio sindical, as diferentes correntes se uniram na condenação da medida. "Livre negociação" numa hora de recessão tão forte é puro cinismo. Até os sindicalistas da turma do Magri andaram declarando coisas inteligentes sobre isso. Estava decretada a livre negociação entre o pescoço e a guilhotina. Alguns cobram coe-

rência da CUT, lembrando que nossa central sempre defendeu a liberdade de negociação entre patrões e empregados. Mas só existe livre negociação de verdade onde são assegurados alguns direitos elementares. Quando conquistarmos o contrato coletivo de trabalho; quando os patrões deixarem de manter a democracia fora dos portões das fábricas, quando o Estado já não tiver essa fúria repressiva, e o desrespeito sistemático ao direito constitucional de greve, aí sim poderemos começar a falar em livre negociação.

Octávio Bueno Magano, jurista — A via de trânsito do Direito do Trabalho é a da autonomia, isto é, atuação dos grupos profissionais na autodisciplina dos próprios interesses, o que implica liberdade sindical, sem interferências, subsídios ou intervenções governamentais; espaço aberto para a negociação coletiva e para a sua ancila, a greve; prática assídua da convenção e do acordo coletivo. Ao vermos o atual presidente da República escolher essa via de trânsito do Direito do Trabalho, em detrimento do paternalismo corporativista, não lhe podemos regatear aplausos.

Luiz Adelar Scheuer, empresário e diretor do Departamento de Cooperação Sindical (Desin) da Fiesp/Ciesp — Dentro do princípio da economia de mercado, o argumento em defesa da livre negociação em todos os campos é cristalino. É preciso que se dê um crédito de confiança ao empresário e se acredite na capacidade do trabalhador brasileiro de lutar por seus direitos. Não foram só as lideranças sindicais que aprenderam a negociar e se mobilizar ao longo dos últimos anos. O trabalhador, que forma sua base, também é capaz de dialogar, tomar iniciativas de interesse coletivo, defender seus interesses. É com esse trabalhador que o empresário tem de negociar, preferencialmente empresa por empresa, a partir das condições objetivas de cada uma. (*Folha de S. Paulo*, 02-03/06/90)

Jair Meneguelli faz imposições e críticas ao governo federal

A ministra Zélia Cardoso de Melo foi categórica na reunião no Ministério da Justiça entre representantes dos trabalhadores, empresários e governo. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que só aceitaria participar do comitê que definirá as perdas salariais com o Plano Collor se o governo suspendesse imediatamente as demissões no serviço público e estaduais e parasse de desrespeitar as instituições: "O governo existe para governar e não abre mão disso e foi eleito por mais de 35 milhões de votos", disse Zélia. "Todo mundo sabe que o Collor foi eleito, mas não abrimos mão do nosso direito de recorrer ao Judiciário, ao Legislativo e à greve para obtermos aumentos salariais", retrucou Meneguelli.

Meneguelli criticou frente a frente os ministros Bernardo Cabral, da Justiça, e Zélia. "Estranho que o ministro da Justiça, que é ex-presidente da OAB e foi relator da Constituinte, aceite críticas aos poderes Legislativo e Judiciário e ainda redija medidas provisórias inconstitucionais", atacou. Ele se referia à medida provisória 190, considerada uma simples reedição da medida 185 rejeitada pelo Congresso Nacional.

"Não vejo sinceridade nem vontade política do governo depois das afirmações da Zélia de que qualquer reajuste provoca inflação", afirmou Meneguelli. "Para ela, tudo acaba com o Plano", acrescentou.

O governo aceitou a reivindicação da CUT e colocará a reforma administrativa em discussão na próxima reunião do Comitê de Trabalhadores, Empresários e Governo que estuda a definição da política salarial.

"Essa reforma administrativa irá para a mesa de negociação" informou o ministro da Justiça Bernardo Cabral. Lembrou que a condição foi imposta pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli para participar do Comitê Tripartite. (*O Estado de S. Paulo*, 13/06/90)

Primeiro trimestre registra 532 greves

A análise do movimento feitas pelo Deseq (CUT) no primeiro trimestre revela que até março ocorreram 532 greves, que envolveram 1 782 015 trabalhadores. O número acumulado de greves no primeiro trimestre de 90 indica um crescimento de 58% do movimento em relação ao acumulado verificado no mesmo período de 89.

O número de grevistas observado nos primeiros três meses indica uma redução de 58,92% em relação ao mesmo período de 89 (4 337 789). Esse declínio do contingente paralisação nas greves de 90 em relação às de 89 foi observado mês a mês.

Entretanto, o número de grevistas aumenta à medida que se aproximam os meses de maior incidência de datas-base.

As greves corresponderam a 33 369 horas paradas (dias parados x 8 horas diárias de jornada de trabalho, por greve). Esse resultado representa um crescimento de 57% com relação ao acúmulo do mesmo período de 89 (21 292 horas paradas).

O setor público foi responsável por um maior número de greves e grevistas em março: 52,7% do total de greves e 86,8% do total de grevistas. Ao contrário do ano passado, quando 25% do acumulado de greves ficaram a cargo do setor público, em 1990 essa participação cresceu para 43%.

No primeiro trimestre de 89 o setor privado havia sido responsável pelo maior número de greves (75% do total), enquanto em 1990 essa participação reduziu-se para 57% do total. (*Deseq/CUT Suplemento*, 05/90)

CUT vence eleição em Campinas e SBC

A CUT venceu as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região e iniciará em agosto seu terceiro mandato na entidade, que tem 16 mil filiados e 70 mil metalúrgicos por oito cidades de sua base. O presidente eleito, Eliezer Mariano da Cunha, anunciou que sua chapa obteve 7 273 votos (73% do total), contra 1 876 da chapa 3 e 432 da chapa 2, as duas ligadas à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Em São Bernardo do Campo, a

Chapa 1, encabeçada por Vicente Paulo da Silva venceu a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos, com 46 945 votos (85,8%). A chapa 2, encabeçada por Cláudio Tafarello, recebeu 5 712 votos (10,45%), de um total de 53 199 votos da categoria. Foram computados 572 votos em brancos e 1 444 nulos.

Esta é a primeira vez que duas chapas concorrem à eleição para a diretoria da entidade depois de nove anos. (*O Estado de S. Paulo*, 02/06/90 e *Diário do Grande ABC*, 03/06/90)

Oposição define projeto de lei salarial

Os partidos de oposição fizeram acordo para apresentação de um projeto de lei salarial que repasse mensalmente o IPC do mês anterior para quem ganha até cinco salários mínimos (Cr\$ 19 mil). Pelo projeto, quem ganha entre cinco e dez mínimos (Cr\$ 38 mil) terá reposição trimestral e gatilho automático, que vai disparar sempre que a inflação atingir 5%. A parcela do salário que exceder dez mínimos deveria ser negociada livremente. (*Folha de S. Paulo*, 07/06/90)

Categorias conseguiram reajuste em maio

Várias indústrias paulistas de diferentes segmentos reajustaram os salários em maio e algumas já fixaram índices para junho, apesar da ausência de uma política salarial oficial, independente da data-base de seus funcionários. (*Gazeta Mercantil*, 04/06/90)

Categoria	Trabalhadores	Reajuste
Têxteis	70 mil	10 a 20%
Químicos	55 mil	6 a 20%
Alimentação	300 mil	10 a 15%
Metalúrgicos	205 mil	10 a 21%



União quer alfabetizar 7 milhões de adultos em 1 ano

Os órgãos de educação dos estados serão responsáveis pela definição da política do programa de erradicação do analfabetismo do governo federal, que deverá alfabetizar, até agosto do ano que vem, sete dos 32 milhões de analfabetos com idade acima de 14 anos, conforme a secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Ledja Austrilino Silva.

A Secretaria irá repassar recursos financeiros e técnicos para as universidades, secretarias municipais e estaduais de educação a fim de que es-

tas possam executar a política educacional.

Ledja garantiu que o governo federal irá enviar técnicos para a preparação dos professores. Instada a responder se os salários da categoria na rede estadual — entre Cr\$ 7 e Cr\$ 14 mil — poderiam ser conciliados com a formação do professor, ela se limitou a dizer: "Isso é política do Estado".

Na opinião da diretora da Faculdade de Educação da UFMG, Glaura Vasques de Miranda, para erradicar o analfabetismo são necessários

investimentos sérios na escola básica, na construção de prédios escolares e na formação dos professores, que precisam ser bem remunerados. Também defende um esforço no sentido da promoção de cursos noturnos em escolas próximas a fábricas e em outros locais onde estejam os analfabetos adultos. Também manifestou descrença em relação à proposta da Secretaria Nacional de Ensino Básico: "Priorizar seria investir na melhoria da escola pública, valorizando o profissional da educação". (*O Estado de Minas*, 31/05/90)

Instituto traz Paulo Freire para aula inaugural

O educador e secretário da educação de São Paulo, Paulo Freire, ministrou ontem na Câmara de São Bernardo (SP) a aula inaugural dos cursos de alfabetização e pós alfabetização de jovens e adultos do Instituto de Educação e Comunicação Popular (IECP) — entidade autônoma inaugurada em fevereiro deste ano, mas que atua desde 88 em bairros periféricos da cidade. Freire é autor de catorze livros, a maioria voltada para a alfabetização de adultos.

A escolha de Paulo Freire para a aula inaugural não foi aleatória, pois as atividades da entidade são baseadas nos métodos do educador. Funda-

do por um grupo de pessoas ligadas a entidades de bairros, o IECP de São Bernardo tem cerca de 1 500 alunos e setenta professores. Destina-se a alfabetizar e dar até a 4ª série primária a jovens e adultos a partir de 14 anos, em cursos que têm duração de dois anos, divididos em quatro ciclos de seis meses.

As atividades deste ano deveriam iniciar em março, o que não ocorreu porque a Fundação Educar, que as financiava, foi extinta naquele mesmo mês pelo presidente Collor. A entidade reiniciou suas atividades agora, confiando num possível convênio com a prefeitura.

Segundo Adolfo Homma, secretário-geral do Instituto, até 88 havia 22 classes, todas instaladas em entidades de bairros e salões paroquiais. Em 89, um aumento na procura elevou para 50 o número de salas de aula, algumas delas, a partir daí, instaladas em escolas municipais. O IECP não exige que os professores sejam graduados em magistério ou pedagogia. "Nós trabalhamos com pessoas voluntárias que geralmente atuam nas comunidades e conhecem os problemas locais", diz Adolfo. Ele acredita que a riqueza do projeto está justamente nesse ponto. (*Diário da Grande ABC*, 07/06/90)

Municípios lançam campanha por salário-educação

Foi lançada ontem, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a campanha nacional para alterar a sistemática de recolhimento e distribuição do salário-educação. A medida visa oferecer condições para que os 4 200 municípios brasileiros possam assumir a municipalização do ensino e a ampliação do número de vagas existentes nas cerca de 100 mil escolas públicas em todo o país. A emenda constitucional deverá ser apresentada em outubro ao Congresso Nacional pela Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais em Educação) que espera coletar até lá cerca de um milhão de assinaturas.

A proposta da emenda é de fixar em 20% o total do salário-educação que ficará automaticamente com o município através do recolhimento em guias especiais. Essa verba será aplicada no ensino de 1ª a 4ª série do primeiro grau. Fica alterada ainda a distribuição da arrecadação do salário concedendo ao Ministério da Educação 20% que ainda serão distribuídos aos municípios na proporção de 1/3; ao estado compete 60%, sendo que 20% deste total será repassado aos municípios utilizando a regra inversamente proporcional — os municípios que arrecadam menos recebem maior quantia do salário-edu-

cação. E os 20% restantes ficam com o município.

O salário-educação foi instituído em 1964 e respaldado pela Constituição Federal em 1988, mas na prática ele não funciona. Ele incide sobre a folha de pagamento das empresas brasileiras (com a exceção das agropecuárias), na ordem de 2,5% de seu total e é recolhido pelo Iapás, que repassa a verba para o Ministério da Educação. Desse dinheiro, apenas 1/12 retorna aos municípios de acordo com critérios obscuros, segundo a avaliação da presidente da Undime, Mirtes Cordeiro. (*O Estado de Minas*, 05/06/90)

Brasil desperdiça verbas sociais, diz Bird



Entre 20 países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento analisados pelo Banco Mundial (Bird) no ano passado, o Brasil ocupa o 18º lugar entre os de pior distribuição de renda. No Brasil, 41% dos habitantes vivem em estado de extrema pobreza. Desses, só 20% são beneficiados por programas sociais. As distorções

no campo social têm que ser resolvidas em "caráter emergencial", afirmou Armeane Choksi, chefe do Departamento Brasil do Bird, em seminário sobre "O Brasil na década de 90".

Segundo Choksi, o descaso com o ensino público básico faz com que as crianças brasileiras tenham, em média, somente quatro anos de esco-

laridade — o mais baixo índice de atendimento educacional na América Latina, à exceção da Bolívia.

"O Brasil, em mortalidade infantil, desnutrição, analfabetismo e educação média, está igual aos mais pobres países da América Latina e alguns da África", disse Choksi. (*Folha de S. Paulo*, 02/06/90)

Professores continuam em greve nos estados

Cerca de 90 mil professores do Rio Grande do Sul, que trabalham em 3 300 escolas, estão em greve há 32 dias. São mais de 1 milhão de crianças sem aula. Eles reivindicam 164% de aumento. Na "esquina democrática", centro de Porto Alegre, expuseram fotos sobre o mal estar de conservação das escolas.

No Paraná, no último dia 10, os professores completaram 80 dias de greve. O governo não pagou o salário de abril e maio aos grevistas, já preparou outro calendário escolar, abriu inquérito por abandono de emprego contra 344 professores e ameaça de demissão mais 7 mil. Sua última proposta é de um piso de Cr\$ 6.180,00 e mais um abono de Cr\$ 3 mil em julho, para os que trabalham 20 horas semanais. Em Minas Gerais, os professores, em greve desde 22 de maio, reivindicam eleição direta para diretor de escola, criação de quadro do magistério e aumentos reais.

Dia 1 de junho, os professores estaduais e municipais do Rio de Janeiro paralisaram as aulas por 24 horas, reivindicando piso de Cr\$ 50 mil. Pretendem continuar a mobilização e fixar *out-doors* nas principais cidades do estado. Nesse mesmo dia, os professores estaduais do Espírito Santo também entraram em greve, deixando 400 mil alunos de 3 500 escolas sem aulas. Eles reivindicam equiparação com outros servidores, o que elevaria o salário de um professor com curso superior de Cr\$ 10.026,21 para Cr\$ 22 mil. Até o secretário de educação, José Eugênio Vieira, admitiu que a greve seria a única saída para a categoria. (*CEDI*, 11/06/90)

Sem programas definidos, Collor lança 'Projeto Ministério da Criança'

O presidente Collor lançou dia 31 de maio o "Projeto Ministério da Criança", um programa social destinado a atender crianças e jovens carentes de 0 a 17 anos. A redistribuição de verbas e pessoal na administração pública e a criação da Loteria Instantânea Federal — a "Raspadinha" — serão as duas principais fontes de recursos para financiar o projeto. O governo espera arrecadar de Cr\$ 3 bilhões a Cr\$ 5 bilhões por

mês com a "Raspadinha". 25% da receita serão destinados ao projeto.

Sem ter ainda programas definidos, o projeto pretende "promover a sobrevivência materno-infantil, imunização, aleitamento materno, apoio nutricional, atendimento em creches e combate ao analfabetismo". Em outra frente, as metas são ampliar a rede escolar, reforçar a merenda e incentivar a prática de esportes. (*Folha de S. Paulo*, 01/06/90)

Mais um lance de marketing

Collor escolheu a criança como mais um projeto de impacto, colocando-a como *prioridade*. Adotou oficialmente os termos da *Convenção sobre os Direitos da Criança*, adotada pela ONU, e o chamado *Estatuto do Menor* em tramitação no Congresso. Por enquanto, só promessas, levando à suspeita de se tratar de mais um lance de *marketing*. O governo rodeia esse projeto com adjetivos do tipo *inédito*, *audacioso*, quase a *redenção* da criança e adolescentes carentes. Não é novo os governos se mostrarem preocupados com o *social* e nem com a miséria da infância; a maior parte dessas preocupações se esvaziou em prioridades esquecidas ou projetos fracassados. (Gilberto Dimenstein/*Folha de S. Paulo*, 01/06/90)

O quadro negro da miséria

Enquanto mais da metade da população brasileira divide 13,6% da renda nacional, 1% dos brasileiros mais ricos têm uma renda praticamente igual (13,13%). Este dado é da pesquisa "Brasil, reforma ou caos", com base em 89, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes).

Segundo a pesquisa, mais da metade das casas não tem energia elétrica, mais de 71% não têm canalização interna de água, 85% sem sanea-

mento adequado e 79% sem geladeira. Cerca de 20% da população são completamente analfabetos, e apenas 10% das pessoas maiores de 15 anos concluíram o curso primário.

No campo econômico, a pesquisa revelou que 65,1% dos trabalhadores ganham salário mínimo. Ganham mais de três salários 10% da população e apenas 1,4% ganham mais de 10 salários mínimos. (*Jornal de Opinião/Belo Horizonte*, 03/06/90)

O Pacto de Varsóvia decide o seu fim

Os países do Leste europeu decidiram acabar com as características militares de sua aliança, o Pacto de Varsóvia, fundado em 1955. A decisão representa na prática o fim da aliança como tal — pois as funções de defesa são sua espinha dorsal desde a criação. Os sete países-membros (URSS, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Hungria, Romênia e Alemanha Oriental) aprovaram transformar o Pacto até novembro em uma organização apenas política. A decisão se segue à derrocada dos regimes comunistas europeus. “A partir de hoje, os conceitos de Leste e Oeste recuperaram sua qualidade puramente geográfica”, diz o documento final da reunião, realizada em Moscou.

Até novembro, o Pacto deverá adotar novos estatutos, transformando-se numa organização política. No discurso que abriu o encontro, o presidente soviético, Mikhail Gorbachev, 59, sugeriu maior cooperação entre o Pacto e a Otan, a aliança militar ocidental. Segundo membros das delegações, os chefes de Estado concordaram em que não é a hora de deixar a aliança.

A aliança militar dos países do bloco socialista foi fundada em Varsóvia em 14 de maio de 1955 com o nome oficial de Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua. O tratado teve como signatários a URSS, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Bulgária e Albânia. A Alemanha Oriental foi incor-

porada à aliança no ano seguinte. A Iugoslávia, que havia rompido com Josef Stálin em 1948, foi o único país socialista da Europa a não participar do Pacto.

O tratado tinha validade inicial de 30 anos, mas previa sua prescrição somente quando fosse estabelecido um tratado de segurança coletiva entre o Ocidente e o bloco soviético. Em abril de 1985 a aliança foi renovada por mais 20 anos. O Pacto estabeleceu um comando militar unificado por Moscou, que permitia à URSS manter unidades militares nos territórios dos Estados-membros. De cerca de 6,3 milhões de soldados que hoje compõem o efetivo da aliança, cerca de 80% são soviéticos. (*Folha de S. Paulo*, 08/06/90)

Fujimori é o novo presidente do Peru

O engenheiro agrônomo Alberto Fujimori é o novo presidente do Peru. Todas as pesquisas de boca-de-urna realizadas durante o pleito do dia 10 deram uma vantagem, para Fujimori, que ultrapassa a margem de erro. Segundo o Instituto Peruano de Opinión Pública (POP), Fujimori alcançou 49% dos votos contra 42,1% do escritor Mario Vargas Llosa, mais 8,9% de brancos e nulos. No Instituto Apoyo, os percentuais foram 49,7% e 10,5%. O novo presidente, ainda a ser confirmado pela Justiça Eleitoral, toma posse no dia 28 de julho. O resultado oficial, segundo a Justiça Eleitoral, deverá sair

até o dia 30. Poderá demorar mais, como ocorreu no primeiro turno. Cerca de 10 milhões de peruanos compareceram às urnas.

Vargas Llosa, de 54 anos, concorreu pela Frente Democrática — coligação de partidos de centro-direita — e, ao lançar sua candidatura, era considerado o favorito. Mas, durante a campanha, cometeu uma sucessão de erros, um deles o apoio apressado ao pacote antiinflacionário do presidente Collor. Foi então que Fujimori passou a ser encarado como boa opção pelos peruanos. (*Folha de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, 11/06/90)

Cemitério clandestino: Pinochet poderá depor

O ex-presidente do Chile, Augusto Pinochet, poderá ser convocado para depor no inquérito sobre um cemitério clandestino no norte do país, onde se acredita que até 200 opositores do regime militar, incluídos na lista dos presos políticos desaparecidos, tenham sido fuzilados logo após o golpe militar de setembro de 1973. A informação foi dada pelo ministro da Defesa, Patricio Rojas. O primeiro corpo do cemitério clandestino foi descoberto no dia 2 e, a todo dia, mais cadáveres vêm sendo desenterrados, totalizando 18 até agora. (*Jornal da Tarde*, 08/06/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL